

DOIS MODOS DE VER E LER BRASÍLIA: A SÍNTESE DAS ARTES E A REALIDADE POLINUCLEADA

Thiago Perpétuo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
thiago.perpetuo@live.com

RESUMO

Brasília, a capital construída *ex nihilo* no Planalto Central do Brasil e inaugurada em 1960, suscita uma enormidade de estudos desde sua construção. Múltiplas são as perspectivas que alimentam as representações da cidade: “Capital da Esperança”; cidade modernista de inspiração nos postulados dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM); capital da política; cidade burocrática; cidade-monumento; patrimônio da humanidade. O presente texto busca observar não apenas a diversidade de representações, mas a compreensão de como elas se modificaram no tempo. Para tanto, dois eventos, que reuniram intelectuais, especialistas e personalidades políticas, foram selecionados para, a partir da documentação produzida, operar leituras da cidade no momentos das sensibilidades afloradas: o Congresso Extraordinário Internacional de Críticos de Arte, de 1959 (que trouxe especialista de várias partes do mundo para o canteiro de obras da construção da nova capital) e o Simpósio Brasília: Concepção, Realidade e Destino, de 1985 (do qual participaram profissionais e políticos engajados nas propostas de patrimonialização de Brasília, no momento do processo de redemocratização do país). Além desses eventos particularmente abordados, serão apresentados estudos acadêmicos e artigos de jornais, entremeados na análise de documentação das organizações administrativas e de normatizações que compunham o cenário de construção e desenvolvimento urbano de Brasília, associados aos discursos de preservação da cidade que, por vezes, foi apresentada em estado de incompletude, estando presente em diversos momentos e distintas roupagens a retórica da ameaça constante aos seus designios originais, elaborados pelo arquiteto Lucio Costa.

PALAVRAS-CHAVE: Brasília; História; Preservação.

TWO WAYS TO SEE AND READ BRASÍLIA : A SYNTHESIS OF THE ARTS AND THE POLYNUCLEAR REALITY.

ABSTRACT

Brasília, built ex nihilo as the Brazilian capital in the Central Plateau of the country, has raised various debates even before its inauguration in 1960. There has been a myriad of representations of the city, depicted as the “Capital of Hope”, CIAM-inspired modernist city, capital of politics, bureaucratic city, monument-city, world heritage. This study aims at observing both the representations and the understandings of how they have changed along the way. In order to do so, two events that gathered together intellectuals, specialists and politicians were selected because of their reading of the city in each context. They are the Extraordinary International Art Critics Congress, in 1959, which brought worldwide specialists to the construction site of the new capital; and Brasilia Symposium: Conception, Reality and Destiny, in 1985, during the process of Brazil redemocratization, with professionals and politicians who were then engaged in the recognition of the city as Brazilian heritage. Besides such events, this paper will analyze studies and newspaper articles, as well as administrative and normative documents on Brasilia construction and urban planning, and preservation discourses for the city, which has often been described as if in a permanent state of incompleteness and under threaten to its original plans, defined by the architect Lucio Costa.

KEY-WORDS: Brasilia; History; Preservation.

Brasília, a jovem capital brasileira de pouco mais de 50 anos de existência, suscita, desde sua inauguração, em 21 de abril de 1960, uma série de debates referentes à sua história, à epopeia de sua construção, à sua filiação ao Movimento Moderno em arquitetura e urbanismo¹. Questões que pavimentaram uma trilha de interpretações da cidade ao longo do tempo, chegando mesmo a informar os valores culturais que seriam, entre as décadas de 1980 e 1990, reconhecidos como patrimônio cultural em âmbito local, nacional e mundial². Mas neste período de não mais que três décadas, em que o Brasil experimentou regimes ditatoriais e democráticos, estagnações econômicas e surtos de desenvolvimento, revoluções culturais e interdições de direitos civis, como se deram as representações da Capital da República que nasceu com a missão de sintetizar a modernização brasileira?

Tendo em vista esses e outros questionamentos, o presente trabalho concentrará esforços para compreender o processo de construção de Brasília, concreta e, sobretudo, discursivamente. Ou seja, como ela foi por vezes justificada e explicada, por vezes elogiada ou detratada, seja por estudiosos, pela imprensa ou pela classe política. Nesse sentido, selecionei dois eventos significativos para compreender o processo de construção de sentidos e que dão a ver o desenvolvimento da cidade e de suas representações, da reelaboração de sua identidade e de sua posição que oscilou entre a empatia e a antipatia para com as cidades-satélites³, descrevendo uma tensão que se fez ver com os momentos políticos nos quais tais eventos ocorreram, associados aos discursos de preservação de uma cidade apresentada, em meados de 1980, ainda em incompletude⁴, cuja retórica da ameaça de descaracterização e a necessidade crescente de planejamento urbano contemporâneo colocou em cheque o plano original de sua construção.

Assim, os anais de dois eventos serão analisados, como repositórios de leituras, interpretações e representações de Brasília: o Congresso Extraordinário Internacional de Críticos de Arte⁵, de 1959 (que trouxe especialistas de várias partes do mundo para o canteiro de obras da construção da capital) e o Simpósio Brasília: concepção, realidade e destino⁶, de 1985 (do qual participaram profissionais e políticos, alguns contrários, outros engajados nas propostas de preservação de Brasília).

Para compreender a questão de como as transformações ocorridas na cidade podem ser lidas, convido ao diálogo Sandra Pesavento (1995) que, numa perspectiva que visa compreender o fenômeno urbano como uma acumulação de bens culturais⁷, aborda o processo de renovação de espaços urbanos de Porto Alegre, onde ruas antigas foram dando lugar a largas avenidas e viadutos, tudo isso relacionado a um processo de “higienização” social para uma suposta modernização da metrópole. A autora comenta como a população se relacionou com essas transformações e, sobretudo, como tais sensibilidades compareceram em relatos, crônicas, notícias de jornal, possibilitando a “leitura da cidade” a partir desse *corpus* documental. Portanto, para a compreensão das representações de Brasília, vejo pertinente a orientação em Pesavento, que buscou interpretar a cidade a partir do que se escreveu no instante das sensibilidades afloradas e das vivências impactadas, a partir das quais se registraram testemunhos daquelas transformações e que podem ser lidas para a melhor apreensão da “história cultural do urbano”.

O CONGRESSO INTERNACIONAL EXTRAORDINÁRIO DE CRÍTICOS DE ARTE, 1959.

“A cidade nova e a síntese ou a integração das artes, eis – senhores – o belo tema que vos congrega aqui, e que, melhor que em outro qualquer lugar, aqui encontra ambiência adequada ao seu debate. (...) Brasília, civilização nova, é, pois, assistida pela arte, desde o berço, em pleno surgimento. Que mais significativa participação poderia a arte almejar no mundo que desponha?”⁸.

Como um gesto de ousadia e estratégia Juscelino Kubitschek ofertou a meta-síntese de seu governo à análise de críticos de arte, historiadores e arquitetos que integravam o organismo internacional voltado para pensar o papel das artes no mundo que se construía após a Segunda Grande Guerra, a AICA⁹. Entretanto, considerando o desafio de pensar a questão da integração das artes em escala urbana, a capital do Brasil se revelaria, de fato, como a “ambiência adequada” ao debate? E mais, seria ela a correspondente real de um conceito até então mais proposto que realizado? Afinal, naquele

1 Os aspectos mencionados são problematizados em trabalho recente. Ver, PERPÉTUO (2015).

2 Brasília é reconhecida como patrimônio cultural pelo Governo do Distrito Federal (1987), pela UNESCO (1987), e pelo IPHAN (1990), perfazendo um complexo sistema de preservação em três instâncias distintas e complementares.

3 A referência aqui diz respeito às cidades-jardins, que orbitariam o núcleo principal como satélites. Uma concepção relacionada com postulados urbanísticos ingleses da primeira metade do século XX, egressos de teorias como as de Ebenezer Howard, e implantados em algumas localidades após a Segunda Guerra Mundial. No Distrito Federal tais cidades foram implantadas, entretanto, a partir de uma relação diametralmente oposta daquelas estabelecidas: enquanto Howard teorizava a respeito de núcleos urbanos independentes, porém, com atividades complementares, no DF as cidades-satélites se estabeleceram como cidades-dormitório, em quase tudo dependentes do núcleo central.

4 Ao compreender a cidade inicialmente desenhada por Lúcio Costa, mesmo internamente há setores que, mesmo hoje, não foram construídos.

5 Realizado entre 17 e 25 de setembro de 1959, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, compôs-se de oito sessões.

6 Realizado entre 20 a 24 de outubro de 1986, no auditório do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, compôs-se de 8 painéis 14 conferências.

7 Não restritas à materialidade desses bens, mas, também, se referindo ao espaço no qual se estabelecem as tramas de relações sociais que constroem o imaginário sobre as cidades. PESAVENTO, Sandra Jatahi. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Revista Estudos Históricos, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

8 Juscelino Kubitschek, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 25.

9 A Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) surge, entre 1949 a 1950, no contexto das reconstruções, de edifícios e instituições, após o término da Segunda Grande Guerra.

momento, o que havia em Brasília não era senão um enorme canteiro de obras com alguns edifícios recém erigidos. Havia, de certo, mais poeira, barulho de construção, máquinas frenéticas e operários idem, do que propriamente um panorama artístico no sentido lato. Entretanto, Mário Pedrosa, um intelectual atuante no campo da crítica de arte, reconhecido internacionalmente, vislumbrava em Brasília a possibilidade real de uma efetiva integração, e bem mais que isso: da efetiva modernização de seu país tropical.

Em março de 1958 – portanto, um ano antes da realização do Congresso – foi realizado no auditório da Rádio Jornal do Brasil¹⁰ uma mesa redonda promovida pela seção brasileira da Associação Internacional de Críticos de Arte, na qual o crítico Mário Pedrosa e o arquiteto Oscar Niemeyer debateriam acerca da capela que seria mais tarde construída na área residencial de Brasília. Dom Helder Câmara compareceria para consagrar as propostas: a capela, com uma solução plástica que se assemelharia a um chapéu de freira, construída sob uma cobertura triangular e cuja base da nave é organizada em forma trapezoidal, receberia, conforme encomenda de Niemeyer, dois afrescos do artista Alfredo Volpi.

Nessa oportunidade Mário Pedrosa já se pronunciava a respeito da questão da integração das artes no panorama artístico brasileiro e sobre suas expectativas para Brasília. Segundo o crítico,

“Afim, a famosa questão da integração das artes, num conjunto arquitetônico, começa a sair do terreno das discussões ou das tentativas canhestras para uma realização sóbria e convincente. Na maioria dos casos, a famosa ‘integração’ nunca sai de projeto ou de improvisações incompletas ou sem êxito (...) Há certos projetos que permitem algo no sentido integrante. Outros, que o repelem. Para que a integração se possa fazer é necessário que o ‘tema’ arquitetônico seja unitário”¹¹. (PEDROSA, 1958)

O crítico, que naquele momento repelia a vulgarização da arte mural, sugeria, inclusive, que edifícios de alguma qualidade arquitetônica se veriam, com o tempo, desvalorizados quando da aplicação de pinturas sobre paredes que, em si mesmas, tinham uma função na composição dos espaços não condizentes com expressões artísticas deslocadas. Em suma, era o caso de se pensar na edificação como um espaço, desde o projeto, destinado à integração artística, ou que cuja aplicações artísticas fossem condizentes em termos de linguagem. Via, nesse sentido, templos religiosos como objetos pródigos na integração de artes, em que tanto arquitetos, escultores, pintores de afrescos ou painéis etc., estariam, primeiramente, imbuídos de semelhante imersão espiritual, ou, então, cientes da simbologia religiosa apropriada. Por exemplo: a disposição dos espaços internos onde o observador focalizaria prioritariamente o oratório, a visada alargada das abóbadas da nave, por vezes alongadas, ornadas com motivos celestes, como quem se vê na presença alada de querubins, a expressão da estatuária ampliando uma narrativa religiosa dramática cujo ápice se encontraria no tema de uma pietá.

Ampliando essa visão para a dimensão urbana, Mário Pedrosa via na nova capital oportunidade ímpar para que a experiência da integração viesse a se concretizar em sua plenitude:

“Brasília poderá ser, se bem conduzida e sem as desmoralizantes concessões à brasileira, um campo incomparável para a experiência da integração das artes em todos os domínios e numa escala não sonhada em parte alguma do mundo. Pode-se esperar no Brasil de hoje, e dos homens que têm à sua frente, esse milagre?”¹²

Assim, foi neste cenário de expectativa que foi organizado o Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, itinerante em três cidades Brasileiras. Entre 17 e 25 de setembro de 1959 os intelectuais e alguns políticos brasileiros visitaram, além das consolidadas São Paulo e Rio de Janeiro, a Brasília em obras. Ação estratégica do governo JK que colocou à prova sua grande realização. A esse respeito, Henry M. Hughes (2009) destaca que os críticos de arte não se mostraram tão otimistas quanto os arquitetos. Estes, “aprovaram, em grande parte, tanto a visão quanto a realidade do que encontraram”. Aqueles, “ainda que favoravelmente impressionados com os aspectos estéticos da arquitetura”, foram mais cautelosos quanto às observações referentes ao plano piloto de Lucio Costa. Assim, algumas das avaliações ressaltaram aspectos negativos.

A esse respeito, o crítico de arte especializado em arquitetura, Bruno Zevi, protagonizou as críticas mais contundentes ao projeto urbanístico de Lucio Costa, à arquitetura de Niemeyer, bem como expressou grandes inquietações quanto às expectativas de habitabilidade, sociabilidade, e mesmo de potencial de transformação social e construção de uma “nova civilização”, aventado por Juscelino Kubitschek e defendido por Pedrosa. Segundo Zevi,

“Não podemos pré-fabricar uma cidade e depois adaptar o povo a ela. O Plano Piloto deve orientar e liderar o desenvolvimento de uma cidade, enquanto o centro ‘monumental’ de Brasília sufoca a vitalidade da cidade. É uma cidade de Kafka. Quanto à arquitetura, é monumental em sentido negativo, porquanto na sua maioria foi concebida nos moldes da perspectiva da Renascença, contrária à concepção de tempo e de espaço”. (ZEVI, apud LOPES, pág. 53)

As observações de Zevi, com relação ao povo que, porventura, haveria de se adaptar à cidade, estaria em confronto com a sociedade, ou com a civilização de Juscelino Kubitschek e as aspirações modernizantes de seu governo? Essa pergunta se reveste de maior importância se considerarmos que, naquele momento da realização do congresso, a população majoritária da cidade, a de trabalhadores operários da construção civil, os candangos da epopeia, se somavam aos milhares, ao passo que aqui e ali se podia identificar apenas a presença diminuta de profissionais liberais, engenheiros e

10 JORNAL DO BRASIL. Debate sobre capela (Brasília) e afrescos (Volpi). 20 de março de 1958. A nota no jornal informa que a data de realização do debate seria 27 de março de 1958.

11 JORNAL DO BRASIL. Artes visuais – Integração das artes e Brasília. 20 de março de 1958.

12 Idem.

arquitetos, pequenos comerciantes e burocratas do Estado a serviço dos afazeres que já se avizinhavam para a mudança da capital. Entre uns e outros, ainda não restava clara a composição da nova urbanidade.

A respeito de qual população, portanto, Bruno Zevi poderia estar se referindo: a de uma cidade que ainda era plano, ou de uma abstração kafkiana já por demais concreta para nela se vislumbrar uma comunidade que poderia ali construir seu cotidiano, seu modo de vida? Para qualquer resposta possível, não deixa de ser perturbadora a evocação da obra de Kafka para dar a dimensão de como via e interpretava a cidade em construção. Assim, despertou questionamentos de outros participantes como do arquiteto israelense Hain Ganzu, com quem se irmanou na alegoria kafkiana para relatar o seu anseio:

"Brasília que, construída de início para funcionários, corre o risco de ser uma cidade apenas de repartições, de processos, de ideias classificadas e numeradas, se não houver aqui lugar para um espírito idealista, um espírito pioneiro. Então, Brasília se mostrará como uma obra de vingança kafkiana contra os funcionários, contra os burocratas, condenando-os à aposentadoria, com uma bagagem intelectual de ideias congeladas e até mesmo esclerosadas. A gente deste tipo, nos primeiros anos de sua estada em Brasília, se considerará, sem dúvida, não como homens que têm uma missão nacional a cumprir, mas como exilados que esperam com impaciência a hora de se aposentarem para voltar às suas cidades já bastante velhas para lhes oferecerem as comodidades perdidas." (GANZU, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 45)

Já o arquiteto inglês William Holford apresentará uma leitura da cidade partindo da experiência de ter composto o júri que escolhera a proposta de Lucio Costa para a nova capital. Dentre os pontos levantados, destaca a perspectiva de divisar uma cidade íntegra, num plano que se apresenta como "um objeto completo e unificado, que se destaca na paisagem, visível como uma capital em todas as direções". Para explicitar a modulação de sua estrutura urbana, Holford afirma que Brasília seria uma cidade vertebrada. Em suas palavras:

"Tem uma espinha, uma coluna vertebral, que é fixa e permanente. Teria sido mais fácil para Brasília crescer pela mera multiplicação das partes – acrescentando-se um ministério a outro, uma quadra residencial a outra, a espalhar-se gradualmente pelo terreno. Mas em verdade é um animal muito complicado. Tem uma moldura fixa e permanente, e dentro dessa moldura há células que podem desenvolver-se até certo ponto, e que também podem mudar com o tempo. É, pois, uma cidade complexa e orgânica pelo modo como foi planejada." (HOLFORD, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 37)

Identifico, portanto, o esforço pela compreensão do plano de Lucio Costa em sua completude. A cidade como um artefato complexo, mas, de alguma maneira, passível de ser lido como uma peça íntegra, revelador de um modo de ler a cidade como um artefato. Acerca disso, José D'Assunção Barros (2012) chama a atenção para um modo em que as imagens da cidade se relacionam com o esforço de compreensão sobre as mesmas. Complexas, podem ser apreendidas pelo olhar contemplativo a determinada distância. Observa como Brasília tem seu traçado concebido com padrão de espacialização imposto por uma ideia matriz. O traçado do plano piloto, prenhe de significados, faria de Brasília uma "cidade cósmica", que

"...podem ser lidas de fora, porque seu traçado carrega explicitamente uma mensagem carregada de intencionalidades. Elas foram feitas para significar algo para o observador que as contempla de uma distância a partir da qual o traçado pode ser percebido na sua totalidade." (BARROS, 2012, pág. 23)

Na escala do observador que porventura deambulasse pela cidade em obras, saltaria aos olhos o vigor e ritmo da construção. Mas as imagens oferecidas por Lucio Costa, com seu partido básico de grande simplicidade – a forma de eixos que se cruzam – dão a dimensão da cidade integralmente concebida e, na expectativa, dela pronta, enfim concluída.

Por outro lado, para além dos aspectos físico-morfológicos da cidade em observação, é importante considerar como, num congresso em que a integração das artes é seu tema central, o sentido de comunidade, aquela que viria a fazer de Brasília uma cidade real para além do plano, fosse particularmente problematizada, ou seja, não apenas a composição dos espaços, mas a composição da comunidade que o habitaria. Caso viesse a se erigir uma nova civilização, esta não se faria de esculturas de mármore ou bronze ganhando vida na cidade modernista, mas, sim, de um povo que se relacionaria com o plano urbanístico ousado, amplo e funcional, com a arquitetura arrojada e de grande apelo estético, mas, e sobretudo, da expectativa que sobre a cidade e seus habitantes incidia. Assim, Mário Pedrosa, com manifesto otimismo, sairia em defesa não particularmente de JK ou mesmo do plano piloto de Lucio Costa, mas, justamente, dessa expectativa de uma nova ordem, um novo povo, da possibilidade de um novo Brasil que se construía diante dos olhos dos congressistas.

"Logo, é preciso considerar Brasília como um processo, e não como uma coisa concluída (...) É evidente que todos nós, que vivemos nesse mundo de hoje, temos medo quando ouvimos falar em ordem social ou em uma nova ordem social etc. Não se trata de uma nova ordem, mas da ordem que surge, que pode nascer em uma comunidade em vias de formação. Não temos ainda em Brasília a atmosfera da comunidade. Esperamos que um dia essa atmosfera seja criada e cristalizada. Não quero falar de arte, dar exemplos de boa ou má integração. Não é disso que se trata. Integração é o espírito de criação que se comunica entre os homens de uma mesma comunidade". (PEDROSA, apud LOBO; SEGRE, 2009, pág. 100)

Pedrosa irá procurar então o sentido cívico da proposta de Lucio Costa, necessário para a simbologia que uma capital requer. Verá um sentido, inclusive, para o início das construções, a começar pela Praça dos Três Poderes, irradiando a representatividade da divisão dos Poderes da República no ambiente, ainda naquele tempo, democrático. E a arte, nesse contexto, assumiria a intenção de estar presente no cotidiano, na relação pessoal com cada indivíduo. A integração não seria apenas a de obras pontilhadas no espaço, como esculturas postas em lugares estratégicos, ou de afrescos

dialogando com as linhas sóbrias da arquitetura modernista. Interpreto que a integração, para ele, perpassaria a interação entre a comunidade e tal conjunto artístico, este a insuflar de sentido aquela, que por sua vez usufruiria daquilo que lhe era próximo, numa relação de pertencimento. Ou seja, de uma apropriação que não se daria a partir de um lugar deslocado, como um museu talvez, mas presente e partícipe de seu cotidiano.

Neste ponto é possível observar o quanto, para o crítico de arte – que lia Brasília como uma “obra de arte coletiva”, porquanto, além do plano estético, fosse somatório de esforços nacionais – a expectativa maior seguia como solução para problemas, inclusive, de ordem social. Destaco, entretanto, que sua leitura é a leitura do possível. Um empreendimento das dimensões da transposição da capital talvez tenha feito aproximar a utopia da realização concreta via planificação condizente. Havia um plano, seria necessário apenas segui-lo.

Em suma, entendo que para além das expectativas tanto otimistas quanto receosas, tanto de um Bruno Zevi questionador quanto de um Mario Pedrosa comovido, avalio que não se trataram apenas de discursos meramente ufanistas ou exageradamente receosos, nem tampouco estritamente utópicos. Na ocasião de sua plena concretização, esperava-se que Brasília pudesse responder tanto às aspirações de um país que buscava se modernizar quanto à de uma parcela da intelectualidade internacional que ansiava por modelos de cultura e civilização, universalmente apreensíveis, no contexto do pós-guerra.

SIMPÓSIO BRASÍLIA: CONCEPÇÃO, REALIDADE, DESTINO, 1986.

Neste tópico, observarei as leituras da cidade e suas representações no Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino, realizado num momento rico de sentidos e expectativas: na qualidade de sede dos Poderes Centrais, Brasília seria palco privilegiado do processo de redemocratização, condição essa que se faria presente nas interpretações da cidade. Com o arrefecimento do Regime Militar em meados da década de 1980¹³ emergiria uma modulação de democracia relativa, marcada pela eleição de Tancredo Neves – que, dada a morte repentina, seria substituído por José Sarney – sendo realizada não pelo voto direto, como exigido por ampla manifestação popular no chamado Movimento das Diretas Já, entre 1983 e 1984, mas pela escolha de um colégio eleitoral restrito aos parlamentares do Congresso Nacional. Desenhava-se, portanto, um quadro de distensão lenta e gradual entre o regime autoritário e a incipiente democracia, marcada pela continuidade de políticos conservadores ligados à estrutura militar (MENEGUELLO, 1999).

O próprio nome do evento é pleno de significados, nas três temporalidades evocadas, passado, presente e futuro. Relativo ao primeiro, a sua “concepção”, seria abordada, como se era de esperar, associada às narrativas históricas sobre Brasília. Entretanto, seriam trabalhadas no Simpósio sob perspectivas prioritárias: a da proposição integração nacional e desenvolvimento regional. Estes foram, em vários momentos, afirmados como as mais importantes razões de ser do empreendimento desenvolvimentista da Brasília de Juscelino Kubitschek, porquanto teriam sido elas a dar os contornos para a situação de sua “realidade”.

Neste sentido, seria analisada uma Brasília já de todo relacionada com seu contexto urbano mais geral referente a todo o Distrito Federal, bem assim com as relações que se estabeleciam em nível regional, sendo polo de atração consolidado e de forte influência sobre municípios em seu entorno. A cidade, portanto, tomada como uma questão de espectro nacional, seria então lida sobre um redimensionamento, não mais apenas questionando a relação/distinção entre Plano Piloto e Brasília ou Distrito Federal, mas, por vezes, marcando posição em termos de superação quanto ao plano-piloto de Lucio Costa, que começava a ser questionado enquanto polo de segregação sócio espacial, chegando-se mesmo à polêmica proposta de separação do Plano Piloto para com o restante do Distrito Federal, o que seria a abertura para um outro “destino”.

Na sessão de abertura do Simpósio estarão presentes a evocação de Brasília enquanto utopia, algo que se relacionaria aos discursos do Congresso de 1959, porém, aqui, serão redimensionados, nas palavras de José Sarney, então presidente da República, e Cristóvam Buarque, então reitor da Universidade de Brasília.

“Brasília, cidade de sonho e esperança, representou, há um quarto de século, o lançamento de uma aventura exploradora, a comprovação de nossa capacidade de romper tendências negativas e criar forças renovadas. (...) O Dr. Constantino Doxiadis, o grande humanista e urbanista grego, afirmou que, entre a Distopia – o mau lugar, o lugar que existe para todo o lado – e a Utopia – o lugar ideal, o lugar inexistente, devemos escolher a Entopia – o lugar possível. Brasília é, e deve ser a cada vez mais, um destes lugares onde se harmonizam o sonho e a realidade.”¹⁴

“O problema de Brasília não é problema de urbanista. É até mesmo problema de urbanista, mas é sobretudo problema dos políticos brasileiros ligados e vinculados à sociedade civil brasileira e aos partidos brasileiros. É um problema político que nós temos que analisar, é uma formulação de alternativa política que nós devemos ter para o país (...) nós temos muito claro que pensar no futuro do Brasil não é mais

¹³ Brasília, reconhecida como patrimônio da humanidade em 1987 pela Unesco, portanto, 27 anos depois de sua inauguração, viveria quase a totalidade de seus primeiros anos sob a Ditadura Civil-militar instaurada em 1964. Alguns autores chegam a identificar a cidade como o regime de exceção. Ver: GORELIK (2012).

¹⁴ Deni Schwartz, então ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, leu as palavras do então presidente da República, José Sarney, em pronunciamento na Sessão Solene de Abertura do Simpósio.

questão apenas de ordenar tendências do passado. É questão de ordenar a imaginação do futuro. Não é apenas imaginação utópica e sonhadora, a imaginação é do possível, do possível político.”¹⁵

Ainda que associada à representação do “sonho e esperança” e da “aventura exploradora”, comuns às narrativas históricas e míticas sobre Brasília, o então presidente da República, José Sarney, sugere a perspectiva da Entopia, da possibilidade desde que efetivamente realizada, da harmonia entre o sonho e a realidade, não da melhor cidade, da cidade utópica, mas da cidade feita da melhor maneira. Infiro de sua fala algo como a concretização do que, anteriormente, pairava num cenário de expectativas, sempre presentes, nunca alcançadas. Já Cristóvam Buarque é mais enfático ao propor uma separação/superação do passado, ao menos, ao que tudo indica, na perspectiva de se operar um recorte da história que motivasse e possibilitasse uma atuação política no presente.

Dialogam, portanto, Buarque e Sarney, num cenário de possibilidades no sentido da construção efetiva da alternativa que se estava desenhando para o país: a da participação política nesse momento da redemocratização. Esta, mais premente que a composição urbanística da cidade modernista, mas, em certo sentido, a ela relacionada. Portanto, não era mais a chegada do Brasil à modernidade que estava na ordem do dia das discussões. A demanda era a busca da consolidação de um cenário político democrático, favorável às mudanças sociais almeçadas, e a concepção de Brasília era, na perspectiva do então reitor da Universidade de Brasília, lida em função desses aspectos:

“Sobre a concepção, pensamos, primeiro, que o problema tem sido muito formalizado – formalizar, quero dizer, entendido do ponto de vista arquitetônico e urbano. A concepção de Brasília não é basicamente urbana, não é basicamente arquitetônica. A concepção de Brasília é basicamente socioeconômica. Brasília surge não apenas por um sonho de um arquiteto e de um urbanista. Brasília não surge desta maneira por liberdade total do urbanista nem do arquiteto. Brasília surge num momento específico da História do Brasil, portanto comprometida com a realidade que, por sua vez, estava comprometida com o sonho específico daquele momento.”¹⁶

Economista de formação, Buarque traçaria um panorama do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil desde a década de 1930, no qual informava que havia uma permanência da lógica do desenvolvimento industrial a todo custo, ainda que com formulações diferentes, processo que não foi rompido no regime militar. Pelo contrário, compreende que as estruturas econômicas não haviam sido alteradas como o foram as políticas e que Brasília, enquadrada na questão do desenvolvimento, esteve coerente com a opção de matriz de desenvolvimento capitalista desde JK até os dirigentes militares. Para Cristóvam Buarque a leitura da cidade se atrelava aos problemas sociais o que, aparentemente, eclipsava outras questões:

“Realmente o que me angustia ao pensar Brasília não são as dificuldades de saber se vamos construir no Eixão ou não se vai construir no Eixão, não é a preocupação de saber se vamos liberar o gabarito ou não, não é a preocupação de saber se vai crescer no eixo de Taguatinga e Ceilândia ou no eixo de Sobradinho. Não. O que me angustia é a necessidade de saber para onde vai crescer o Brasil, e não Brasília.”¹⁷

Fica patente a predominância de fatores econômicos e políticos sobre fatores formais e culturais nas suas preocupações para com a cidade que, em meados da década de 1980 era lida como parte de uma superestrutura econômica, coerente com o modo de produção capitalista. Tal perspectiva encontraria eco nas proposições de outros conferencistas. Avaliava-se, inclusive, que a proteção ao traçado urbano da cidade – outrora vista como um produto cultural brasileiro de primeira linha – agravava a relação de segregação sócio espacial no âmbito do Distrito Federal. Noutras leituras, o que se observa é que a bonança representada pelo centro, rico e abastado, engendrava uma situação de segregação mais alargada, de espectro regional, porquanto os investimentos em benesses públicas, associada a desastrosas campanhas de doação de lotes, gerou um incremento populacional desordenado nos municípios limítrofes ao Distrito Federal.

Nesse ínterim, uma questão sutil, mas muito forte, se observa: a cidade compreendida como capital, outrora chamada de Brasília (1959), passa a ser chamada de Plano Piloto (considerando a delimitação em formato de avião bastante conhecida). No Simpósio em 1986 os palestrantes pareciam querer chamar a atenção para o caráter simbólico e social de compreender Brasília para além da cidade originalmente pensada por Lucio Costa: um caráter, talvez, de inclusão daqueles desvalidos que, por circunstâncias as mais diversas, não puderam morar na cidade por eles construída.

Nesse sentido, as representações da cidade modernista oscilavam em termos de status e caracterização: quando se operavam interpretações históricas ou quando se tratava de localizar espacialmente a elite da administração pública ou mesmo elite econômica, falava-se no núcleo central, no Plano Piloto construído em decorrência do plano-piloto de Lucio Costa, símbolo do exercício do poder central. Já quando se argumentava a respeito da explosão demográfica, mas, também, na vivacidade da população candanga, bem assim da massa de trabalhadores, os guerreiros candangos, heróis explorados em sua força de trabalho, merecedores de atenção em termos de justiça social, tendo em vista que as benesses urbanísticas se concentravam na Região Administrativa do Plano Piloto, morada dos abastados, daí se referiam a Brasília como a totalidade do espaço, correspondendo ao Distrito Federal como um todo.

De uma maneira ou de outra, o que se verifica é que a relação que se estabeleceu entre centro e periferia é constituída de elementos não harmônicos e que implicaram uma significativa distância sociocultural, alimentando o repertório de representações da capital e das cidades-satélites mais como antagônicas entre si que como parte de um todo (CIDADE E

15 Cristóvam Buarque, economista, então reitor da Universidade de Brasília-UnB, em pronunciamento na Sessão Solene de Abertura do Simpósio.

16 Declaração de Cristóvam Buarque no Simpósio: Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana.

17 Idem.

MORAES, 2002). As representações da cidade se apresentam em 1986 bastante divergentes das proposições de 1959, e a cidade síntese das artes é evocada em aspectos negativos. Leandro Amaral Lopes, afirmaria que:

“Realmente, sinto muito que Brasília seja considerada como uma obra de arte acabada, como um quadro. Nós, a população, temos de sair dessa moldura. Brasília é uma cidade, uma cidade com uma população que busca participar. Quando Lucio Costa concebeu seu desenho urbano, isso foi há bastante tempo. A cidade vai ter que ganhar vôo, vai ter de, eventualmente, submeter-se à sua população, submeter-se às pessoas que aqui vivem, as quais, eventualmente, vão introduzir mudanças. Frequentemente muitas discussões a respeito de Brasília ficam um pouco numa espécie de camisa de força, onde certas proposições, feitas há algum tempo, são quase que tombadas como patrimônio e são meio intocáveis. Apesar de gostar muito de Brasília, gostar muito de sua concepção, este ponto vai ter que entrar no debate, vai ter que ganhar vida. Afinal de contas, isso aqui não é um quadro nem uma escultura. É uma cidade.”¹⁸

No lugar de se elaborar um discurso referente aos valores artísticos da cidade, temos uma perspectiva de crítica ao prejuízo que tal perspectiva artística traria aos moradores. Os espaços simbólicos, de composição plástica, de apelo formalista, parecem repelir a participação da população. Apartada de seu conteúdo cultural, a presunção de intocabilidade de Brasília comparece como fonte de preocupação.

A cidade de plano integral, a cidade artefato, será representada para além de eventuais idealizações. Antes: uma moldura na qual se encerram os cidadãos, tolhidos como numa camisa de força, associada ainda a uma feição imobilista, congeladora, representada pela visão do debatedor a respeito do mais longo instrumento de proteção ao patrimônio cultural: o tombamento. Evocação curiosa e um tanto pertinente. No mesmo Simpósio, a questão da preservação de Brasília enquanto patrimônio cultural apareceria de maneira contundente, conforme José Coutinho:

“Hoje, mesmo que não se concorde, talvez, até com as premissas teóricas do Plano Piloto de Brasília, temos de considera-la como representativas do pensamento urbanístico da época. Brasília é um documento dessa época (...) Brasília (Plano Piloto), vai-se tomando cada vez mais o centro histórico da Grande Brasília. É o reduto histórico, é a zona de preservação, que terá exatamente de formular certos critérios, definindo o que deve e o que não deve ser preservado. (...) Realmente é assunto que hoje está na mesa dos profissionais aqui, em Brasília. Já foi constituído, há 4 anos, um grupo para a preservação de Brasília, grupo esse que está tentando reformular todos esses critérios até então adotados pelo Patrimônio Histórico e afastando esse fantasma, essa coisa tola que muitos levantam – o tombamento de Brasília. Não seria esta a maneira. Temos de preservar o que é significativo. No entanto, temos de liberar a cidade para que ela cresça, se desenvolva, e viva de acordo com sua vocação natural.”¹⁹

A preservação evocada, comparecendo aqui o sentido de legado, de conservação de uma categoria conhecida e celebrada, o “Centro Histórico”, tendo em vista representar um momento, tornada documento de episódios históricos, fora cotejada às cidades de Olinda e Ouro Preto, já consagradas como patrimônio histórico, como monumentos. Brasília, também considerada já então histórica e monumental, seria merecedora, nas palavras de Coutinho, de um novo arcabouço técnico, novos dispositivos de preservação. A jovem cidade modernista começava a se irmanar simbolicamente às coloniais.

Para a coordenadora do mencionado grupo, Briane Bicca, que também participou do Simpósio, seria necessário atingir um equilíbrio entre a manutenção da configuração espacial de Brasília, enquanto “personalidade urbana singular”, sem que com isso se estancasse seu desenvolvimento ou crescimento ordenados. Para a arquiteta, ainda havia desconfiança quanto à preservação de Brasília, sobretudo no início daquela década. Porém, com estudos já avançados, contando com a participação de setores do Governo do Distrito Federal e da Universidade de Brasília, informava que estava em curso a preparação de uma legislação particular – portanto, com outros mecanismos que não o tombamento – que garantisse tanto a preservação quanto o seu crescimento ordenado.

Briane comentará as ações específicas no âmbito do Governo do Distrito Federal, como a criação da Secretaria de Cultura e a estruturação do Arquivo Público e do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico no âmbito local, e indicará que, na perspectiva do mencionado grupo, o espectro da preservação seria o mais amplo possível, abarcando o meio ambiente natural, a documentação arquivística, as sedes de fazendas antigas que porventura ainda se mantivessem no território, as cidades-satélites existentes antes da inauguração – na verdade, aglomerados urbanos dos municípios existentes anteriormente à demarcação dos limites do Distrito Federal, Planaltina e Brazlândia – os remanescentes de acampamentos de obras que ainda não haviam sido desconstituídos e, por fim, a cidade modernista do Plano Piloto. Segundo a debatedora:

“Acredito que, no caso do Plano Piloto – enquanto cidade central – a preservação e o crescimento ordenado devam andar de mãos dadas, abrindo espaço para novas agregações, frutos da urbanística e da arquitetura do final do milênio, garantindo, no entanto, a manutenção da identidade fundamental da cidade. Importante permitir que Brasília absorva os sinais da passagem do tempo, o que trará consigo a diversidade que enriquece o viver urbano, de modo a criar alternativas que minorem a estratificação e abram a cidade ao seu Entorno.”²⁰

18 Leandro Amaral Lopes, debatedor na conferência “Estímulos ao desenvolvimento regional”, no Painel V – Implicações de uma política Nacional de Desenvolvimento Urbano”.

19 José Carlos Córdova Coutinho, durante a conferência “Planejamento Setorial e Regional”, no Painel III – Adequação da estrutura urbana às funções institucionais.

20 Declaração de Briane Elizabeth Panitz Bicca no Simpósio: Painel I – Concepção Original, Propósitos Permanentes e Realidade Urbana.

Fica patente aqui a separação entre Brasília e Plano Piloto na fala da debatedora. Num olhar mais alargado, o grupo estava a considerar uma multiplicidade de contextos e de temporalidades de Brasília, portanto, do Distrito Federal como um todo. Em uma ação global e totalizante, ampliava quase ao limite os objetos a serem convertidos em patrimônio cultural: natureza e urbanidade, antiguidade e novidade, a sede dos poderes, morada das elites, e os barracos de madeira de humildes operários. Mesmo quanto ao Plano Piloto, ao se identificar a sua peculiaridade de cidade modernista, portanto, sua excepcionalidade, não se põe afastada de todo a visualização do mesmo enquanto obra fechada, cidade central, ainda que o relacione com outros elementos, como os acampamentos dos candangos, cuja razão de ser não era, senão, pela construção de Brasília.

Na trajetória dada a ler nos eventos analisados, foi possível observar algumas permanências, bem assim sensíveis modificações no modo de ler e representar a cidade, tornando possível visualizar – de certo, não completa e definitivamente – como a construção dos espaços foi acompanhada por construções na ordem do simbólico, das representações e das interpretações. E dentre as permanências dignas de nota, em suas várias reformulações, está a premência de se proteger a obra modernista, ainda que ressignificada a cada etapa de sua própria história. Seja proteja-la no complemento à sua configuração total, conforme projetada, reativando talvez a ideia de que a Brasília poderia capitanear o Brasil rumo a um jubiloso futuro; seja a proteção ante a desfigurações advindas da especulação imobiliária ou modismos conceituais; seja ainda a proteção da cidade num contexto em que a problemática urbana nacional estivesse em pauta, em que os fluxos migratórios e o desenvolvimento interno ou inter-regional comparecessem nas agendas dos administradores e políticos. Ademais, foi possível observar como a identidades dos espaços no Distrito Federal, e mesmo a aparente dicotomia Brasília X Plano Piloto, esteve relacionada tanto com as alterações em termos de suas representações quanto impactou nas estratégias de sua conversão enquanto patrimônio cultural, no período imediatamente anterior ao de seu efetivo reconhecimento enquanto patrimônio local, nacional e mundial.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. D'A. Cidade e história. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2012.
- BENEVOLO, L. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- CHARTIER, R. A História Cultural entre práticas e representações. Coleção: Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHOAY, F. O urbanismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CIDADE, L. C. F. e MORAES, L. B. Metropolização, imagem ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal. IN: VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Salvador, 2002.
- GORELIK, A. Sobre a impossibilidade de (pensar) Brasília. *Revista Serrote*, nº 10, págs. 213-239. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2012.
- GOVERNO Do Distrito Federal. Anais do Simpósio Brasília: concepção, realidade, destino. Brasília: Secretaria de Comunicação Social/GDF, 1987.
- HUGHES, H. M. A crítica de arte amadurece: Brasília, AICA e o Congresso Extraordinário Internacional de 1959. In: Lobo, M. da S. e Segre, R. (Coord.). Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.
- IANNI, O. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- JOFFILY, G. I. Brasília e sua ideologia. Brasília: Thesaurus, 1977.
- LOBO, Maria da Silveira e SEGRE, Roberto (Coords.). Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.
- MENEGUELLO, R. Governo Sarney: dilemas e virtudes de uma transição negociada. *Secuencia-Revista de Historia y Ciencias Sociales*, nº 44, maio-agosto de 1999. Disponível em: <<http://secuencia.mora.edu.mx/index.php/Secuencia/issue/view/391>>. Acesso em 09 de set. 2015.
- MOREIRA, V. M. L. Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins, 1956-1961. Vitória: EDUFES, 1998.
- PAVIANI, A. Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.
- PEDROSA, M. Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates, 1981.
- PERPÉTUO, T. Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IPHAN, 2015.
- PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- RIBEIRO, S. B. Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.
- RUBINO, S. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. São Paulo: *Revista USP*, n. 53, p. 6-17, 2002.

SEGRE, R. A espiral da história: 1959-2009. IN: Lobo, M. da S. e Segre, R. (Coords.). Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte: Cidade Nova, Síntese das Artes. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU.